
A PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS SOBRE IMPACTOS AMBIENTAIS: O CASO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Jenny Dantas Barbosa (UFSE)
Rivanda Meira Teixeira (UFSE)

RESUMO:

Este artigo foi baseado em pesquisa realizada com 40 indústrias de pequeno e médio porte localizadas no estado de Sergipe e tem como objetivo analisar a percepção dos empresários com relação aos impactos ambientais da sua empresa. Especificamente verifica as fontes de energia utilizadas, os resíduos industriais existentes, o conhecimento das leis ambientais por parte desses empresários, assim como sua percepção dos efeitos poluidores da sua indústria. A fonte de energia mais utilizada pelas empresas continua sendo a elétrica, apesar de se perceber um aumento do uso de gás e a diminuição de óleo diesel. As empresas de porte médio, apesar de serem mais poluidoras do que as pequenas com relação à emissão de gases na atmosfera, fazem maior esforço com relação à conservação de energia. Os proprietários das empresas de médio porte demonstram ser muito mais bem informados do que os de pequenas empresas quanto à legislação ou à norma ISO 14000. A grande maioria dos empresários das PMIs de Sergipe considera suas empresas como “não poluidoras” e vêem o governo como responsável pelo estabelecimento de limites com relação ao meio ambiente.

1. INTRODUÇÃO

A inserção da discussão ambiental nas empresas é resultado do crescimento da consciência ecológica no ambiente dos negócios, motivado pela necessidade de cumprimento dos aspectos legais e pela adoção da filosofia de responsabilidade social pelas empresas. Entretanto, esse nível de consciência pode variar entre diferentes sociedades e entre diferentes empresas, dependendo da atividade desenvolvida, dos seus objetivos, da sua cultura e do seu tamanho.

Nos países desenvolvidos os recursos investidos pelas empresas em ações ambientais tem aumentado substancialmente nos últimos anos. A literatura voltada para o gerenciamento ambiental aponta para o fato de que as empresas podem aumentar a sua competitividade e ao mesmo tempo reduzir os efeitos negativos de suas atividades no meio ambiente. CHRISTMANN, (2000), se refere às “melhores práticas” ambientais, através de estudos de casos de empresas que criaram vantagens competitivas devido as suas estratégias voltadas para a proteção do meio ambiente. Entre as razões que tentam explicar porque as empresas adotam posturas ecológicas pode-se destacar o cumprimento da legislação, as vantagens

competitivas, as pressões dos “stakeholders”, as preocupações éticas, e as iniciativas da alta gerência (RANSAL e ROTH 2000).

No entanto, esses estudos são baseados em grandes corporações, geralmente situadas em países desenvolvidos, onde as sanções legais são muito mais rigorosas e a comunidade normalmente exerce várias formas de pressão. Subestima-se, sempre, a importância das pequenas empresas devido, talvez, à sua pouca visibilidade. MACULAN (1995), lembra que não obstante as micro, pequenas e médias empresas possuam bases financeiras limitadas, atuarem em setores relativamente tradicionais, não terem disponibilidade de recursos humanos qualificados, carecerem de competência para planejamento, não se pode deixar de reconhecer sua importância econômica e social. Autores como SOLOMON (1989), BATALHA E DEMORI (1990) E RATTNER *et.al.*(1985) dão destaque às funções macro e microeconômicas das pequenas e médias empresas. Para eles, essas empresas funcionam como “amortecedoras” de choques em épocas de crise econômica, desempenham as tarefas menos compensadoras, mas necessárias ao funcionamento do sistema e têm papel decisivo no processo de acumulação, concentração e dispersão de capital. Do ponto de vista microeconômico, suas vantagens são muitas em relação às grandes empresas. As PME’s são reconhecidamente mais flexíveis e menos burocratizadas, o que lhes permite respostas mais rápidas e mais adequadas ao ambiente. Além disso, geram tecnologias mais contextualizadas, o que lhes garante um papel de *locus* privilegiado de inovações tecnológicas.

Segundo dados do SEBRAE (1998), as micro e pequenas empresas representam 98% de cerca de 4,5 milhões de empresas brasileiras; empregam 60% da mão-de-obra; participam com 43% da renda gerada nos setores industriais, comerciais e de serviços, além de contribuírem com algo em torno de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

É evidente que não se pode deixar de inserir na discussão das questões ambientais as pequenas empresas. Para LONGENECKER, MOORE e PETTY (1997), os interesses dos proprietários de pequenas empresas e dos ambientalistas não são necessariamente ou uniformemente conflitantes e muitas pequenas empresas têm atuado no sentido de eliminar elementos desagradáveis ao olhar, melhorar o paisagismo e tomar outras medidas para aprimorar suas instalações industriais. Outras têm modernizado seus equipamentos e modificado processos com o propósito de diminuir a emissão de poluentes do ar e da água. Em alguns casos, afirmam esses autores, pequenas empresas têm estado em posição de obter benefícios em decorrência de sua ênfase na ecologia. São as empresas com produtos que são inofensivos ao meio ambiente e que obtêm vantagem competitiva sobre produtos concorrentes que são poluentes.

É conveniente lembrar que LONGENECKER, MOORE e PETTY são autores americanos e se referem a realidade do seu país, que certamente difere da brasileira. No Brasil, poucos estudos têm sido realizados sobre as empresas de pequeno e médio porte, e dentre eles a questão ambiental tem sido obviamente negligenciada. Em levantamento realizado por LIMA (2000), baseado em artigos científicos publicados em periódicos de administração e anais dos Encontros Anuais da Anpad (ENANPAD), relativos ao período 1980 a 2000, não foi mencionado estudos que tratem da questão da relação dessas empresas e o meio ambiente. O objetivo desse estudo é tentar contribuir para o preenchimento dessa lacuna e analisar como o pequeno e médio empresário percebe o impacto ambiental que sua empresa causa, qual o seu conhecimento dos aspectos legais e como avalia a sua responsabilidade com relação a poluição ambiental.

2. AS PEQUENAS EMPRESAS E O MEIO AMBIENTE

Dentre os poucos estudos realizados no Brasil sobre a relação das pequenas empresas e meio ambiente destaca-se o realizado pelo SEBRAE em 1992, quando realizou pesquisa nacional sobre o comportamento ambiental do pequeno empresário. Esse estudo procurou classificar o potencial poluidor das micro e pequenas empresas e revelou que 75,0% das MPMEs existentes no Brasil atuam em atividades consideradas não-potencialmente poluidoras e os restantes 25,0% atuam em atividades consideradas, por força da legislação ambiental vigente, potencialmente poluidoras. Observou que 43,0% delas apresentavam potencial poluidor que pode ser considerado desprezível e 41,0% apresentaram um potencial baixo. Apenas 16,0% apresentaram potencial poluidor entre alto e médio, o que representa 5,0% do total de micro, pequenas e médias empresas existentes no Brasil. Conclui também que existe relação direta entre tamanho da empresa e grau de potencial poluidor. Quanto menor a empresa, menor esse potencial. A ampla maioria das microempresas atua em atividades onde o potencial poluidor é desprezível ou muito baixo e menos de 1,0% delas atua em atividades onde o potencial é alto ou médio. Já 20,0% das pequenas e 56,0% das médias atuam em atividades onde o potencial é alto ou médio.

Além desse estudo, o SEBRAE NACIONAL tem publicado informações relevantes sobre a questão ambiental na série “Meio Ambiente e Pequenas Empresas”, procurando trazer para o pequeno empresário a discussão desses aspectos. No entanto pode-se afirmar que essas questões ainda não merecerem, por parte dos estudiosos, especialmente das PMIs, a devida atenção.

Em Sergipe, o estudo de MELO *et al.*(1983) foi pioneiro e teve como objetivos traçar o perfil sócio-econômico do empresário e da pequena e média empresa sergipana, além de identificar as práticas gerenciais existentes bem como as variáveis relacionadas com o sucesso e o fracasso de tais empresas. Foram enfocadas as áreas operacionais de Recursos Humanos, Produção, *Marketing* e Administração Contábil e Financeira e foram incluídas questões relacionadas a utilização de fontes de energia e a sua influência sobre os custos dessas empresas.

Também em Sergipe, a responsabilidade social das empresas foi objeto de tese de doutoramento de TEIXEIRA (1996), que, apesar de focar no seu estudo a responsabilidade social das pequenas empresas com relação aos seus empregados, apresenta as questões ambientais dentro do contexto teórico como parte das áreas de envolvimento social das empresas. O único estudo que analisa questões ambientais foi recentemente realizado por FARIAS (2000) e é voltado para as micro e pequenas empresas na região do Vale do São Francisco. O presente estudo se volta especificamente para as empresas de pequeno e médio porte localizadas em Sergipe e é o primeiro que abrange essas empresas em todo o Estado.

O conceito de meio ambiente foi claramente definido pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que regulamenta a Política Nacional de Meio Ambiente: *é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permita, abriga e rege a vida em todas as suas formas* (SEBRAE, 1998). Essa mesma Lei, no seu artigo 9º, prevê vários instrumentos de ação do governo e entre eles pode-se destacar o estabelecimento e padrões de qualidade ambiental e a avaliação de impactos ambientais

O SEBRAE, como órgão voltado ao apoio de micro e pequenas empresas, definiu como uma das suas iniciativas mais importantes a maior conscientização das MPMEs em

relação aos efeitos que causam ao meio ambiente, a ampliação do conhecimento da legislação ambiental e dos processos de licenciamento e atividades pelas MPEs e preparação das MPEs para as certificações ISO 9000 e ISO 14000 (SEBRAE, 1998).

Para o SEBRAE (1998), não existe incompatibilidade alguma entre um empreendimento rentável e a gestão ambiental. A experiência tem demonstrado que as empresas mais bem controladas têm seus custos reduzidos porque consomem menos água e menos energia, utilizam menos matérias-primas, geram menos sobras e lixo, reutilizam, reciclam ou vendem resíduos, gastam menos com controle de poluição.

O conhecimento de como as PMIs sergipanas interagem e influenciam no seu meio ambiente foi analisado através de vários aspectos: as fontes de energia utilizadas, os esforços empreendidos para economizar energia, os custos de energia, o tipo e o destino de lixo resultante do processo industrial, o conhecimento das leis ambientais e das normas da ISO 14000 e a percepção dos empresários quanto à sua responsabilidade na poluição ambiental.

3. METODOLOGIA

A caracterização do tipo de pesquisa depende fundamentalmente dos seus objetivos. Segundo SELTZ et al. (1974), existem basicamente três tipos de estudos: exploratórios, descritivos e explicativos. No entanto, esses autores chamam a atenção para o fato de que, na prática, não se processa uma diferenciação tão nítida entre os vários tipos de estudos. GIL (1995) usa o mesmo argumento quando diz que algumas pesquisas, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias. Ainda afirma que as pesquisas descritivas, juntamente com as exploratórias, são as mais utilizadas pelos pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

O objetivo deste estudo é identificar como as pequenas e médias empresas se relacionam com o seu meio ambiente e especificamente visa analisar como os empresários em Sergipe procuram economizar energia, qual o destino dado aos resíduos industriais, qual o seu conhecimento dos aspectos legais e como percebem a sua responsabilidade com relação a poluição ambiental. Pode ser considerado um estudo exploratório, pois vai abordar tema inovador nas pequenas e médias empresas como o impacto ambiental, e ao mesmo tempo, pode ser considerado um estudo descritivo, pois irá descrever as diversas variáveis e suas relações.

Foi estabelecido o critério *número de empregados* para definir o tamanho das empresas por ser considerado o de mais fácil entendimento. Foram consideradas as pequenas e médias indústrias que possuíam de 20 a 499 empregados. Um dos maiores problemas enfrentados pelos pesquisadores para a definição da amostra do estudo foi a ausência de dados atualizados sobre as pequenas e médias empresas do estado de Sergipe. Na época da realização das entrevistas, 2000 a única fonte de dados publicada era o Cadastro Industrial de Sergipe de 1992, que informava que existiam no estado 142 empresas com as características procuradas, excluindo-se as de construção civil. Sabe-se, no entanto, que esses dados não seriam realistas pois muitas delas não mais existiam ou tinham reduzido seus empregados. Procurou-se informações adicionais junto a Secretaria da Fazenda do Estado e SEBRAE, no entanto, os dados encontrados incluíam micro ou grandes empresas. Após exaustiva pesquisa

por telefone, concluiu-se que existiam no Estado cerca de 100 indústrias com as características mencionadas.

Foram entrevistados 40 empresários de indústrias de pequeno e médio porte escolhidas através do critério amostral não probabilístico por acessibilidade e a amostra do estudo foi de 40% do universo. O método de pesquisa escolhido foi o de entrevistas pessoais, que é sem dúvida um dos mais indicados para captar as percepções dos empresários com relação ao tema abordado. Foi utilizado como instrumento um questionário estruturado, composto de perguntas fechadas e abertas. Os dados foram tabulados utilizando-se o pacote estatístico - SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) e os dados qualitativos mereceram tratamento diferenciado, pois todas as respostas foram listadas e, a partir delas, procurou-se agrupar as informações com conteúdo semelhantes e diferentes, tentando-se descobrir os “temas” ou “*patterns*”.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados em função das variáveis operacionais do estudo :fontes de energia, esforços para economizar energia, custo da energia, resíduos e emissão de gases, conhecimentos da leis ambientais e percepção pelos empresários dos efeitos poluidores de sua empresa.

4.1. FONTE DE ENERGIA UTILIZADA

Como pode ser visualizado na figura 1.1, todos os participantes desse estudo alegam utilizar a energia elétrica na sua produção, apesar de muitas empresas utilizarem mais de uma fonte de energia. As demais fontes utilizadas por essas empresas são o gás, por 20,0%, lenha por 12,0% , óleo diesel por 12,0%; outras fontes como casca de coco e pneumático são utilizadas por 5,0%. Nenhum dos entrevistados mencionou a utilização do carvão.

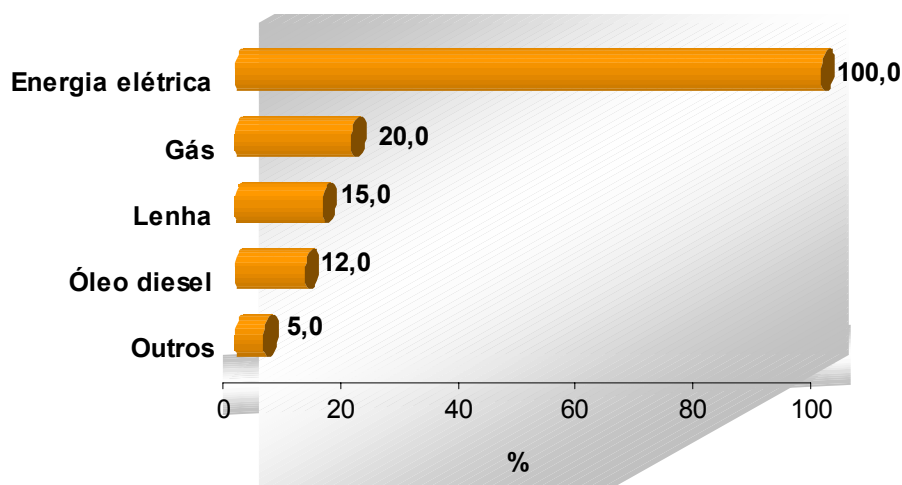


Figura 1.1 – Fonte de energia utilizadas nas PMIs

Obs. Essa questão admitiu mais de uma resposta

Ao se observar o grau de utilização percentual de cada uma dessas fontes nas empresas, constata-se que o uso da energia elétrica é muito alto, pois 62,5% delas utilizam, em 100%, essa fonte como a sua supridora de energia. As demais são usadas em menor escala, como pode ser visto na figura 1.2 a seguir.

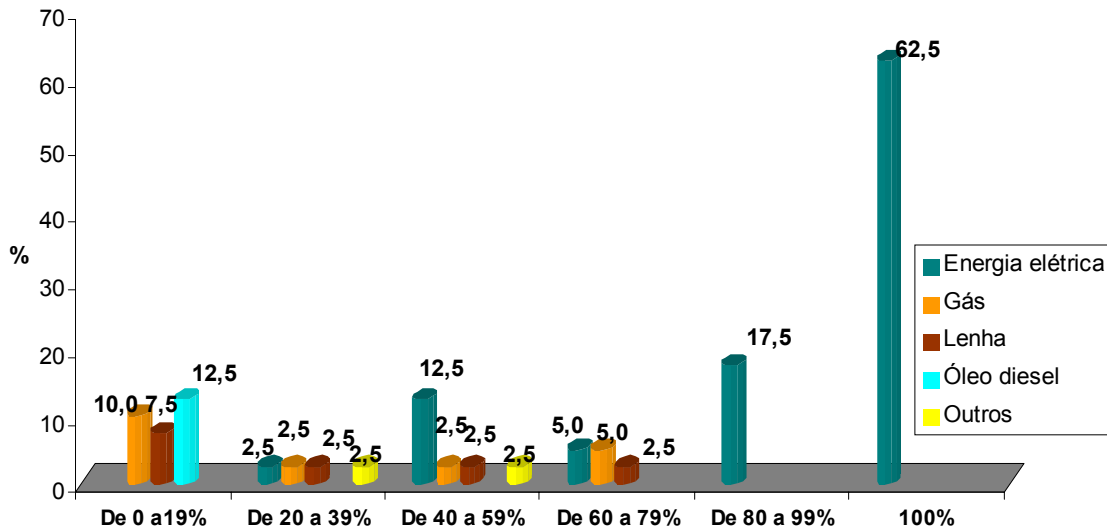


Figura 1.2 – Faixas de utilização de energia pelas PMIs por fontes energéticas

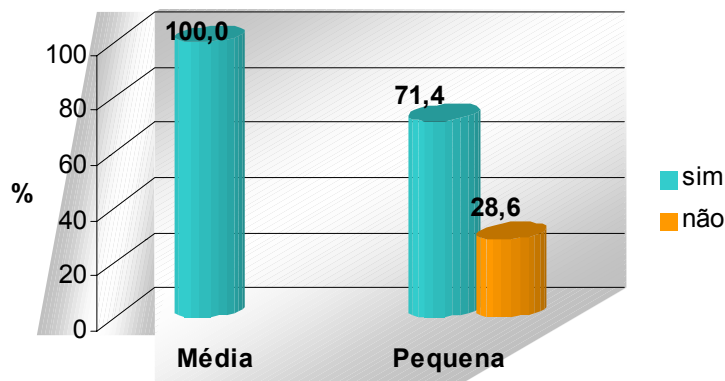
Ao se comparar com os resultados do estudo de MELO *et al* (1983) observa-se também que a energia elétrica era o tipo de energia mais utilizado quando cerca de 71,0% das empresas empregavam de 80,0 a 100,0% desse tipo de energia no seu processo produtivo. No entanto, verifica-se o aumento do uso do gás como fonte energética, considerando que, àquela época era utilizado por apenas 3,7% das empresas, enquanto hoje esse número encontra-se em torno de 20,0%. Percebe-se uma redução do percentual de empresas que utilizam óleo diesel, que era de 28,0% e hoje atinge apenas 12,0%. A utilização da lenha como fonte combustível permaneceu praticamente a mesma.

Por sua vez, o estudo de FARIAS (2000) realizado em micro e pequenas empresas situadas no Vale do São Francisco Sergipano, mostra que a energia elétrica é utilizada por 77,4% dessas empresas, a lenha por 32,3%, o gás por 12,9%, e outras fontes por 6,5%. Essa diferença na utilização de lenha se deve principalmente ao tamanho das empresas consideradas nesse estudo, pois foram analisadas as micro e as pequenas empresas, entre as quais existe a presença expressiva de padarias que ainda se utilizam dessa fonte energética. Comparando esses dados com a pesquisa nacional realizada pelo SEBRAE em 1992, verifica-se que o grau de utilização de energia elétrica no país é ainda maior do que no Estado de Sergipe, pois 85,4% das micro, 87,1% das pequenas e 89,4% das médias do país utilizavam basicamente essa fonte de energia.

4.2. ESFORÇOS PARA ECONOMIZAR ENERGIA.

Quando se fala em consciência ambiental uma das preocupações básicas é a utilização racional das fontes de energia pelo seu custo ambiental e financeiro. Um percentual de 80,0% dos entrevistados declarou que faz esforços para economizar energia e água, e os restantes não o fazem por considerarem muito difícil, pois não encontram soluções para reduzir o consumo. Ao se cruzar essa informação com o tamanho das empresas pesquisadas, observa-se que todas as de tamanho médio alegam fazer esforço para economizar energia/água, enquanto, entre as pequenas, esse índice é de 71,4%. A figura 1.3 permite observar essa diferença.

Figura 1.3 – Esforços para economizar energia/água nas PMIs por tamanho



Entre os esforços realizados por essas empresas para economizar água foi mencionada a construção de poços. Algumas empresas chegam a construir poços fora do local da fábrica, a exemplo de empresas localizadas no distrito industrial de Aracaju que escavaram poços na região do bairro Santa Maria, e transportam a água de caminhão. Afirmando que, mesmo com o custo do transporte, a água chega a custar cinco vezes menos. Um dos entrevistados mencionou a reutilização da água no processo para economizar esse recurso.

Para economizar energia elétrica, a forma mais utilizada pelas indústrias que participaram desse estudo é a racionalização dos horários de uso, procurando evitar a produção nos horários de pico como o das 18 às 20 horas, quando a energia é mais cara. Procuram também iniciar mais cedo, às 5h 30min, quando a energia elétrica é mais barata. Uma das indústrias mencionou trabalhar com remanejamento e que um dos setores não funciona das 14 às 22 horas. Outras empresas procuram conscientizar os empregados a apagarem as luzes se não existe necessidade. Outras fizeram a revisão nas suas instalações elétricas, utilizando equipamentos e lâmpadas mais econômicas. Outros ainda mencionam a contratação de empresas especializadas para efetuar esse controle. Finalmente, algumas soluções específicas foram também mencionadas, como a reutilização do gás da chaminé para reaquecer o produto ou uso de uma planilha para controlar a energia.

4.3. CUSTO DE ENERGIA COM RELAÇÃO AOS CUSTOS TOTAIS

Quanto ao que representa a energia em termos de custos totais, pode-se verificar que esses percentuais variam muito entre as empresas, conforme pode ser visto na figura 1.4. Um percentual de 35,0% das empresas gasta até menos de 1,0% em energia, e 52,5% gastam mais de 2,0%. É conveniente ressaltar que esses dados são aproximados, pois poucos dos entrevistados tinham a planilha de custos com esses valores exatos no momento da entrevista.

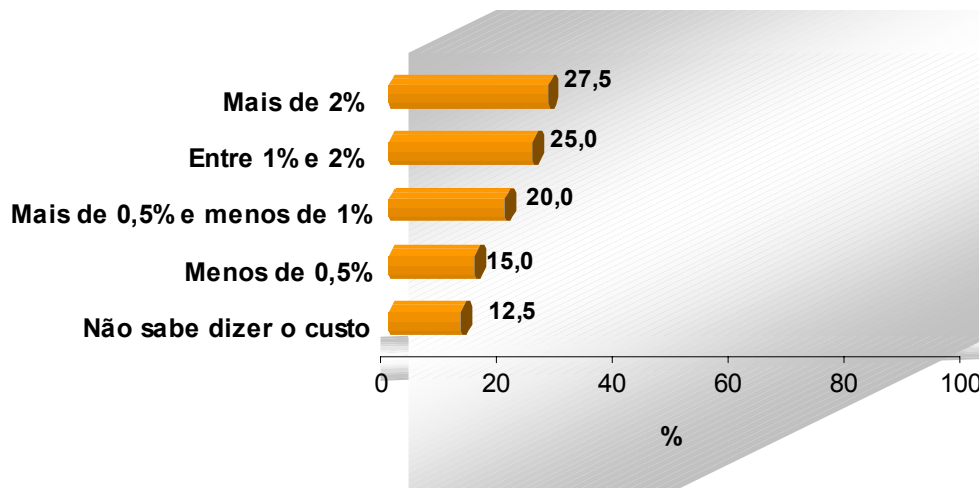


Figura 1.4 – Percentual dos custos com energia nas PMIs

4.4. RESÍDUOS RESULTANTES DO PROCESSO INDUSTRIAL

Existem dois tipos de resíduos mais comuns resultantes de um processo industrial: os sólidos e os líquidos. Entre os resíduos sólidos encontrados nas indústrias pesquisadas, pode-se destacar retalhos, plásticos e embalagens plásticas, cavacos, pó de serra e maravalha, papel, casca de algodão e estopa, sobras de ferro e concreto, garrafas quebradas, entre outros. Entre os resíduos líquidos, foram mencionados basicamente três tipos: as águas, como, por exemplo, as águas servidas, água com tinta, água das caldeiras e água que lava as garrafas; os esgotos domésticos e os produtos químicos. Entretanto, alguns mencionaram não ter qualquer tipo de resíduo ou que estes eram totalmente reaproveitados. Apenas um dos entrevistados mencionou que o seu resíduo era um químico perigoso. Observa-se que a maioria das PMIs sergipanas estudadas produz resíduos que podem ser reaproveitados ou reciclados, algumas produzem resíduos não-biodegradáveis, porém não-letais, e uma minoria, como as empresas gráficas e as fábricas de colchões, produzem resíduos tóxicos e inflamáveis.

Os entrevistados também disseram o destino dado a esses resíduos. Um percentual de 42,5% vende seus resíduos ou reutiliza, 17,5% encaminham para a lixeira, 15,0% cedem gratuitamente, 15,0% reutilizam, 5,0% encaminham para a estação de tratamento e os restantes 5,0% não responderam. O estudo do SEBRAE (1992) observa que 30,0% das micro, pequenas e médias empresas afirmam que o resíduo gerado no processo produtivo possui potencial de comercialização. No entanto, apenas 20% das empresas afirmam que comercializam os resíduos, demonstrando que muito material poderia ser aproveitado na elaboração de outros produtos ou comercializado. Esse estudo conclui que, embora a quantidade de resíduo gerada por cada empresa, individualmente, seja pequena, as

quantidades somadas, são significativas. Sugere a criação de uma bolsa de negócios nos Estados, com função de identificar e divulgar a oferta e a demanda de resíduos, para dar ao produto valor econômico.

4.5 EMISSÃO DE GASES

Quanto à emissão de gases na atmosfera, observou-se que um percentual de 25,0% das empresas pesquisadas em Sergipe admitem emitir gases, enquanto as demais restantes não o fazem. Foram mencionados gases como SO^2 e monóxido de carbono, gases provenientes das caldeiras ou da lenha. Cruzando essa informação com o tamanho da empresa, pode-se observar na figura 1.5 que, enquanto 33,3% das médias emitem gases na atmosfera, apenas 21,4% das pequenas o fazem.

Comparando esses dados com os da pesquisa realizada pelo SEBRAE (1992) no país, observa-se que 45,0% das empresas emitem algum tipo de substância na atmosfera, na sua maioria de material inofensivo. Dessas empresas, 45,0% emitem pó ou poeira, 10,0% emitem gases, 11,0% emitem substância odorífera e 28,0% emitem fumaça. Elas são todas de médio porte. Um percentual de 7,0% delas gera algum tipo de resíduo tóxico, e 10,0% geram despejos líquidos provenientes da produção.

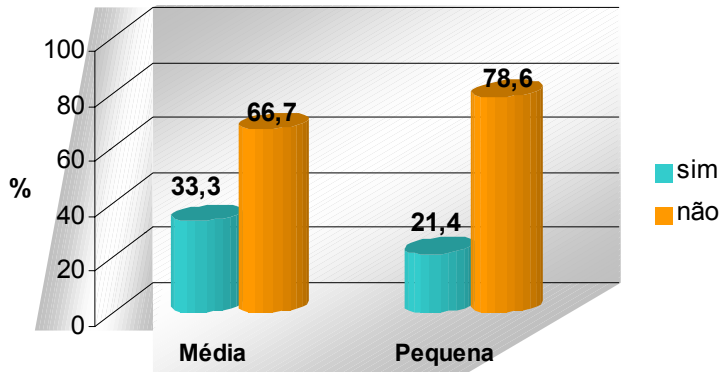


Figura 1.5 – Emissão de gases na atmosfera pelas PMIs por tamanho

O estudo de FARIA (2000) revelou que a emissão de fumaça na atmosfera, proveniente da produção na região estudada, é oriunda, na sua maioria das padarias existentes. Chamou a atenção para fabricantes de doces e torrefadoras de café, que exalam fortes odores e para empresa de colchões que emite grande quantidade de gases com odores desagradáveis.

4.6 CONHECIMENTO DE LEIS E REGULAMENTOS AMBIENTAIS

A Lei nº 9.065, de 12 de fevereiro de 1998 ou Lei de Crimes Ambientais, dispõe sobre as sanções penais derivadas de atividades ou condutas lesivas ao meio ambiente. Um

percentual de 37,5% dos empresários entrevistados declarou que conhece a referida lei, mas 42,5% já ouviram falar, e 20,0% a desconhecem. Possivelmente, esse relativo desinteresse se deve ao fato de que as empresas, não sendo potencialmente poluidoras, não se preocupam com leis ambientais, pois não são diretamente afetadas por ela.

Cruzando-se essa informação com o tamanho da empresa (figura 1.6), observa-se que o nível de conhecimento dessa lei é muito maior entre as empresas de médio porte, uma vez que 58,3% delas conhecem, nenhuma desconhece e 41,7% já ouviram falar, enquanto 28,6% das de pequeno porte conhecem, 28,6% desconhecem e 42,9% já ouviram falar nessa lei.

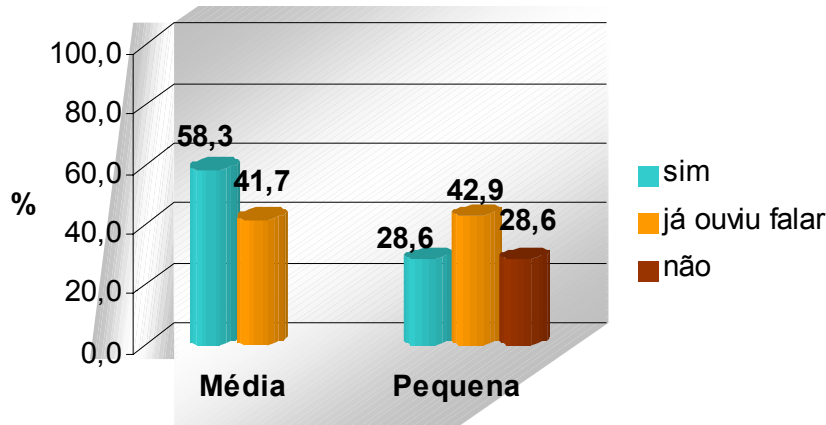


Figura 1.6 – Conhecimento das leis ambientais por tamanho

Procurou-se saber, então, quantas empresas eram diretamente sujeitas a leis/regulamentação específica para controle da poluição. Observou-se que 67,5% delas não sofrem qualquer tipo de controle legal por parte das autoridades ambientais, enquanto as restantes 32,5% são sujeitas a esse tipo de regulamentação. A Administração Estadual do Meio Ambiente – ADEMA foi o único órgão mencionado por essas empresas que faz a fiscalização ambiental, seja o controle do uso de lenha, da emissão de gases ou outras formas de controle não-especificadas. Apenas uma das empresa revelou ter sido multada por problemas ambientais, e a razão alegada foi o desmatamento feito pela indústria.

Comparadas essas informações com as da pesquisa SEBRAE (1992), observa-se que, entre as micro e pequenas empresa pesquisadas, 76,0% afirmam desconhecer a legislação ambiental que afeta sua atividade e 9,0% realizaram, nos últimos cinco anos, investimento associado a controle ambiental. Dessas empresas apenas 3% foram multadas ou penalizadas por alguma infração relacionada ao problema ambiental.

4.7 CONHECIMENTO DA ISO 14000

A *Internacional Organization for Standardization* - ISO é uma federação mundial de entidades nacionais de normatização que congrega mais de cem países, representando praticamente 95% da produção industrial do mundo. Trata-se de uma organização não governamental, constituída desde fevereiro de 1947, em Genebra, Suíça, com o objetivo principal de criar normas internacionais. O Brasil participa da ISO por meio da Associação

Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (SEBRAE, 1998). A ISO 14000 é um grupo de normas que fornece ferramentas e estabelece um padrão de sistemas de gestão ambiental. Esse sistema constitui um conjunto de procedimentos e técnicas que asseguram o atendimento de alguns requisitos, entre eles o comprometimento com a melhoria contínua e prevenção da poluição, comprometimento com o atendimento à legislação ambiental do país e outros requisitos dos mercados que se deseja atingir. A ISO 14000 abrange seis áreas bem definidas: sistemas de gestão ambiental, auditoria ambiental, rotulagem ambiental, aspectos ambientais das normas de produtos, análise do ciclo de vida do produto e desempenho ambiental (SEBRAE, 1998). Por sua vez, a certificação ambiental (SGA) é o instrumento que a empresa utiliza para comprovar sua relação positiva com o meio ambiente. Por isso, é indispensável que os instrumentos normativos orientadores da estruturação dos SGAs e o credenciamento dos organismos certificadores tenham aceitação e credibilidade internacionais (SEBRAE, 1998).

Os empresários das PMIs de Sergipe foram questionados sobre seu conhecimento da norma ISO 14000. É conveniente lembrar que para as indústrias é importante trabalhar dentro desses padrões, porque, cada vez mais, aumenta a exigência dos consumidores finais com relação à atitude ambiental das empresas, assim como de compradores industriais que preferem trabalhar com empresas possuidoras desse certificado, especialmente as localizadas em países na Europa e EUA. Observou-se nesse estudo que o percentual de empresários que conhece essa certificação é bastante reduzido (Figura 1.7), pois apenas 27,5% dizem conhecê-la, 40,0% afirmam conhecê-la vagamente, e 32,5% não têm conhecimento mínimo a respeito.

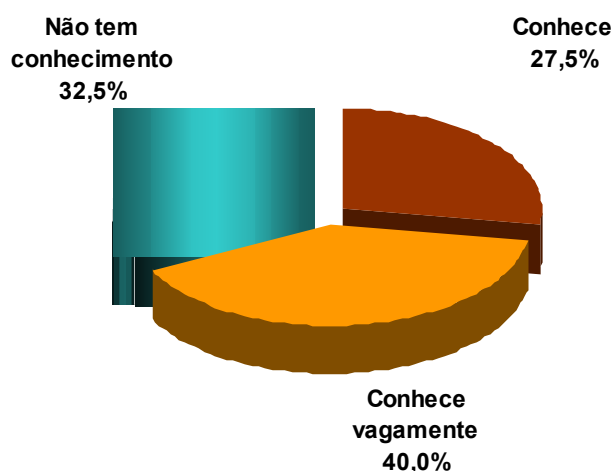


Figura 1.7 – Conhecimento da ISO 14000 pelos empresários das PMIs

Ao cruzar esses dados com tamanho das empresas, pode-se observar, na figura 1.8, que os empresários das pequenas empresas conhecem muito menos a ISO 14000 do que os das médias. Observa-se que, enquanto 50,0% dos empresários dizem conhecer essa lei, esse percentual cai para 17,9% quando se trata das pequenas empresas. Pode-se observar que entre os que desconhecem ou conhecem vagamente essa norma, a concentração de empresa pequenas é visivelmente maior.

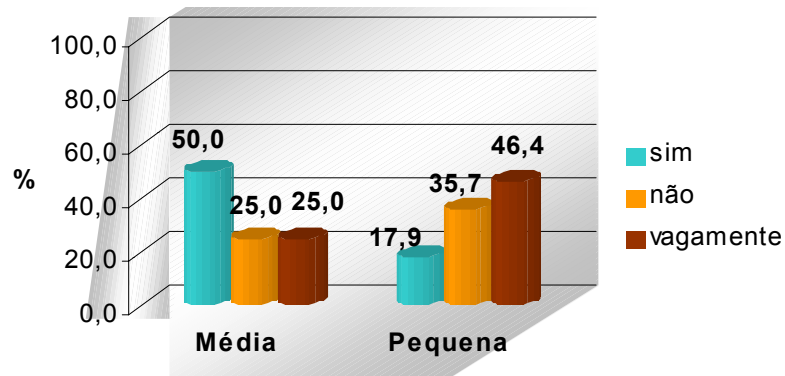


Figura 1.8 – Conhecimento da ISO 1400 por tamanho das empresas

4.8. PERCEPÇÃO DO EMPRESÁRIO COM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Para vários autores, entre os quais DRUCKER (1992), o desempenho econômico é a primeira responsabilidade das empresas, mas não a única. Para o autor, cada organização deve assumir suas responsabilidades sobre seus empregados, sobre o meio ambiente, consumidores e comunidade onde atua. De acordo com LONGENECKER, MOORE E PETTY (1997), a deterioração ambiental nas últimas décadas tem se transformado em objeto de preocupação para uma ampla proporção da sociedade, o que inclui as organizações produtivas de pequeno porte. O ambientalismo, que é o esforço que visa restaurar e preservar o meio ambiente, afeta diretamente as pequenas empresas, que segundo esses autores, nem sempre têm interesses conflitantes com os demais membros da sociedade.

Perguntados sobre a forma com que encaram sua responsabilidade com relação ao meio ambiente, a maioria (80,0%) dos empresários sergipanos foi taxativa ao afirmarem que não poluem. Um deles inclusive comentou que a empresa tem processo em tramitação para obter a ISO 14000, e os outros mencionam que o resíduo industrial é mínimo, ou é reciclado ou fez planta de tratamento d'água.

Apenas percentual pequeno comenta os efeitos poluidores da sua empresa, algumas vezes dizendo que o meio ambiente é de responsabilidade de governo, como pode ser visto nos depoimentos a seguir:

“Obedece o que a ADEMA determina. O responsável é o governo - que tem de estabelecer limites. Esta não é função da empresa.”

“A minha empresa não polui, mas degrada o meio ambiente em função da sua matéria prima - madeira. Tem consciência disso.”

“A extração de argila é objeto de fiscalização do DNPM (Departamento Nacional de Pesquisa Mineral). Para tirar a argila tem que fazer projeto e ser aprovado.”

“Antigamente tinha um pouco de descaso. Atualmente está consciente de que cada empresa deve fazer sua parte. O governo deve ajudar as empresas a investir nessa área de cuidados com o meio ambiente. A Empresa conseguiu financiamento pelo BNDES.”

“Vou continuar a usar lenha até os preços das outras fontes de energia diminuírem.”

Ao comparar esses resultados com os do estudo de FARIAS (2000) realizado em empresas de micro e pequeno porte, observa-se que os empresários da região do Vale do São Francisco admitem uma responsabilidade maior com relação à poluição ambiental daqueles que participaram desse estudo. Nesse grupo cerca de 23,0% admitem que poluem e 26,0% informam que não pensaram nisso, mas acham que poluem. Essa diferença pode ser explicada pela presença expressiva de padarias na amostra do estudo de Farias que utilizavam lenha como fonte de energia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As PMIs sergipanas apresentam um potencial poluidor que pode ser considerado baixo e poucas delas geram resíduos tóxicos, a exemplo dos resultados encontrados na pesquisa nacional do SEBRAE (1992). Existem diferenças entre as empresas de pequeno e médio porte no que se refere a várias das questões abordadas. Foi observado que empresas de porte médio, apesar de serem mais poluidoras do que as pequenas com relação à emissão de gases na atmosfera, fazem maior esforço com relação à conservação de energia. Além disso, os proprietários das empresas de médio porte demonstram ser muito mais bem informados do que os de pequenas empresas quanto à legislação ou à norma ISO 14000. É importante ressaltar que as dificuldades econômicas enfrentadas pelas empresas de pequeno porte influenciam as formas de controle ambiental pois geralmente implicam no dispêndio de recursos. Para a média empresa esses custos podem ser mais facilmente repassados aos clientes.

No entanto, vale lembrar que a percepção da maioria dos empresários que participaram desse estudo, com relação a capacidade poluidora das suas empresas, demonstra que estão muito aquém de alcançar o estágio de “consciência ambiental”. Observa-se também que quando colocam o governo no papel de único definidor de limites, mostram que estão se eximindo das suas responsabilidades como parte de uma comunidade e como cidadãos. É notório que a percepção do meio ambiente por esses empresários é subjugada a seus interesses financeiros e de curto prazo.

6. BIBLIOGRAFIA

BATALHA, Mário Otávio; DEMORI, Flávio. **A pequena e média indústria em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC::Florianópolis, 1990.

CHRISTMANN, Petra. Effects of “Best Practices of environmental management on cost advantage: the role of complementary assets. **Academy of Management Journal**, Vol.43. No. 4, 663-680, 2000.

DRUCKER, Peter. The new Society of organizations. **Harvard Business Review**. Set/Oct. pp. 95-104, 1992.

FARIAS, Josivânia, Silva. **Micro e pequenas indústrias do Vale do São Francisco sergipano: perfil, perspectivas de crescimento e percepção dos empresários quanto aos impactos ambientais**. São Cristóvão: PRODEMA/NESA/UFS. Dissertação de Mestrado, 2000.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

LIMA, Juvêncio Braga. Temas de pesquisa e desafios da produção científica sobre PME. **Revista de Estudos Organizacionais**. Maringá-DAD/CSA/UEM, Vol 1, No. 2, Jul./Dez. 2000.

LONGENECKER, Justin G.; MOORE, Carlos W.; PETTY, J. William. **Administração de pequenas empresas**. São Paulo: Makron Books, 1997.

MACULAN, A. D. Estratégias de inovação tecnológica das pequenas e médias empresas. – UFRJ, ANPAD, **Anais...**1995.

MELO, Gonçalo F, BARBOSA, Jenny D., TEIXEIRA, Rivanda M. e REBOUÇAS, Tadeu C. **As pequenas e médias indústrias sergipanas – um trabalho de pesquisa**. Aracaju: UFS / CCSA / DACC / SUDENE / SEBRAE / CEAG-SE, 1983.

RANSAL, Pratima e ROTH, Kendall. Why companies go green: a model of ecological responsiveness. **Academy of Management Journal**, Vol.43. No. 4, 717-736, 2000.

RATTNER, H., DURAND, J.C., VIEIRA, J.P. FERRO, J. R., VENOSA, R. e THORSTENSEN, V.H. **Pequena Empresa- O Comportamento Empresarial na Acumulação e na Luta pela Sobrevivência**, Editora Brasiliense/ CNPq:Brasília, 1985.

SEBRAE. **Pesquisa nacional sobre o comportamento ambiental do pequeno empresário**. Brasília: SEBRAE, Relatório preliminar, 1992.

SEBRAE. **A questão ambiental e as empresas**. Brasília: SEBRAE, 1998.

SELLTIZ, C., WRIGHTSMAN, L.S., COOK, S.W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Ed. EPU, 1974.